



CLARISSA LINS: NOVA PRESIDENTE DO IBP QUER TRAZER OLHAR MAIS ABRANGENTE PARA O INSTITUTO

Artes: André Lima - Imagem IBP

O IBP REPENSADO

Primeira mulher a comandar o IBP em 62 anos, a economista Clarissa Lins assumiu o cargo com o desafio de formatar e implantar a estratégia de atuação do instituto em meio à abertura dos mercados de gás natural e refino. Ela promete trazer um novo olhar, de viés mais abrangente e direcionado a toda a cadeia. Nesta entrevista, Clarissa detalhou seus planos e traçou cenários do que está por vir.

CLAUDIA SIQUEIRA

Você é a primeira mulher a presidir o IBP em seis décadas. Como enxerga isso?

Vejo como um sinal de maturidade da indústria e do IBP, que, aos 62 anos, decide que há espaço para lideranças femininas. Acho que é um movimento natural de acolher perfis diferentes, que vem com mensagem de competência e capacidade de agregar outros valores à indústria em um momento de reposicionamento importante.

A Catavento, empresa da qual você é sócia, fez um estudo para o IBP em 2015, analisando o setor de óleo e gás e apontando tendências. O que mudou de lá para cá? O que se confirmou e o que não aconteceu conforme previsto?

Hoje, há elementos da sociedade civil, como jovens, investidores, fundos soberanos e governos, sobretudo do hemisfério norte, que são muito mais conscientes em relação aos impactos das fontes fósseis de energia sobre a mudança do clima e, portanto, mais exigentes quanto a respostas para lidar com esses impactos. Do ponto de vista da demanda, nós já indicávamos um deslocamento da eixo da demanda saindo do Ocidente para a Ásia, com predominância da China, Índia e países do Sudeste Asiático, com crescimento econômico forte e acelerado, precisando aumentar o seu consumo de energia per capita, e uma mudança muito forte na

forma como a sociedade quer consumir energia: mais consciente de sua origem e impactos e podendo, portanto, alocar melhor a sua escolha. Diria que, de uma forma geral, já tínhamos contemplado essas macro tendências e que, de lá para cá, elas se aceleraram muito.

E no Brasil?

O que aconteceu foi uma profunda transformação das regras que regem todo o contexto regulatório institucional, revistas para acelerar a participação de *players* privados nas licitações, retomar o calendário, desonerar a Petrobras da obrigação de ser operadora única e todos os avanços que foram implementados a partir do governo Temer. Nós não tínhamos clareza de que isso poderia acontecer e, portanto, o Brasil estava um pouco à margem de todas as transformações do setor de energia. A partir do momento em que se abre mais o setor, expondo-o à atuação de *players* internacionais, você se insere melhor e mais rapidamente nesse contexto global.

Que peso a transição energética terá em sua gestão no IBP?

O grande papel inicial que tive no IBP foi de desmistificar a ideia de que falar de transição significava atacar a indústria de óleo e gás ou decretar o fim de sua prosperidade. Falar de transição, na minha visão, é inserir o setor em uma discussão ampla, rica e reple-

ta de oportunidades, refletindo sobre as suas responsabilidades à luz das novas exigências socioeconômicas. Fazer com que as empresas mais maduras sintam um terreno fértil de ideias e que as menos maduras tenham oportunidade de entender melhor o que isso significa para o seu ambiente de negócios e sucesso. De ajudar, enfim, o conjunto da indústria a se preparar de uma maneira pró ativa...

...E repensar o seu futuro, o seu redirecionamento, não é?

E repensar o seu futuro porque não há cenário que aponte para um futuro que não tenha uma participação muito efetiva de óleo e gás. Talvez exista um redirecionamento. Fala-se muito que, ao invés de o grosso da oferta de petróleo ser direcionada, por exemplo, para o setor de transporte leve, ela vai permanecer em transporte pesado de longo curso e na petroquímica. Vamos entender de que forma isso pode acontecer, em que período temporal e quais são as oportunidades que surgem a partir daí.

Mas não há uma necessidade de acelerar isso?

Não existe uma única forma da transição ocorrer em todos os países ou para todas as empresas. Já temos especificidades que nos colocam onde vários países gostariam de estar daqui a 20 anos ou 30 anos. Nossas empresas, por estarem inseridas no contexto brasileiro, estão menos pressionadas a mudarem do que a entregar valor em uma realidade caracterizada pela predominância do óleo e gás. O que tenho visto, por outro lado, é que todas colocaram esse tema em suas agendas de negócios e em sua estratégia, assumindo compromissos de redução de intensidades de emissões das suas próprias operações, que é o primeiro passo.

Do ponto de vista de arcabouço legal, você acha que o Brasil está preparado?

Minha percepção é que podemos ainda amadurecer um pouco mais esse tema para que os sinais sejam dados de maneira mais clara e uniforme. Se você olhar para padrões de eficiência de combustíveis e de equipamentos, normalmente são nacionais; se olhar para padrões de edificação, minha percepção é que podem ser municipais. Na mobilidade, por exemplo, há algumas cidades optando por ônibus elétricos mais que outras.

E qual o papel do IBP nesse processo de transição?

O IBP está muito claramente estabelecido para atuar do lado da oferta, seja de energia primária, seja de produtos oriundos da cadeia, olhando mais para líquidos. Quando vou mais longe na cadeia e olho mais para o lado da demanda e, portanto, para o uso da energia em suas diversas modalidades, não vejo o IBP tão bem preparado e equipado para atuar nessa frente.

Poderia explicar isso melhor?

Hoje não vejo competências ou ferramentas em nossas mãos para atuarmos de maneira tão eficiente quanto atuamos na ponta da oferta. Por outro lado, acho que o papel do IBP nessa discussão específica é clarear os fatos, mostrar o que estamos discutindo, o que está em jogo, quais são os riscos aos quais temos que estar atentos, as oportunidades de que podemos nos apropriar e desenvolver. O que pretendo discutir é como de fato podemos ajudar a encontrar as soluções mais competitivas e eficientes.

O que existe de fato já planejado?

Se tivermos em mente o que o mundo está discutindo hoje, que são as emissões líquidas, ou seja, emissões menos absorções, podemos estar diante de uma oportunidade para a indústria de energia se aproximar da indústria de árvores, por exemplo, que são grande fonte de absorção de carbono. Esse é um tipo de debate que é bom para o Brasil, para a indústria e que, quando for o momento adequado, posso trazer para discussão no âmbito do Conselho de Administração do IBP.

De que forma você pretende conduzir o IBP tendo em vista a abertura dos setores de refino e gás no Brasil?

Hoje, já temos uma estrutura interna dedicada ao gás, com uma secretaria executiva liderada pelo Luiz Carlos Costamillan. É uma estrutura de governança que suporta todas as discussões e que foi muito atuante junto aos diversos players e governo na configuração do Novo Mercado de Gás. O que precisa ser feito agora é manter essa mobilização e equipar a secretaria com os talentos e as competências necessárias para continuar tendo o nível de influência requerido. Do ponto de vista do midstream e do downstream, temos alguns movimentos interessantes. Primeiro trouxemos dois novos membros do midstream para a diretoria e o conselho, trazendo a vivência das empresas transportadoras



de gás. Para o downstream, já temos representação das principais distribuidoras de combustíveis. O que estamos fazendo, agora, é avaliar se há oportunidade para ampliar esse grupo e, nos moldes do que foi feito para a área de E&P, fortalecer a atuação do IBP, trazendo mais empresas para se associarem.

A discussão sobre a abertura do mercado de gás mostrou pontos de tensão e divergência com as distribuidoras. O IBP planeja trazê-las para dentro para buscar um diálogo maior?

É uma oportunidade de fazer uma nova abordagem. Já procurei o presidente executivo da Abegás [Augusto Salomão] e outras empresas-chave que atuam nessa área para me reapresentar, agora como presidente do IBP, e mostrar minha intenção de retomar o diálogo. Tenho certeza de que todos querem o mesmo objetivo, que é o desenvolvimento do mercado de gás. A minha proposta é identificar os elementos mínimos com os quais podemos nos comprometer conjuntamente para estimular isso.

Como fica a agenda do IBP para o E&P, já que o mercado foi destravado?

O ambiente de negócios brasileiro tem que afirmar, a cada momento, que é atraente, competitivo, estável e seguro. Isso só se faz com regras claras, previsíveis e estáveis. As empresas internacionais têm que justificar a alocação de capital no Brasil. Temos que mostrar que o

Brasil não tem um nível de risco maior que o *shale* norte-americano e outras regiões que ofertam áreas para essas empresas que competem globalmente.

De que forma você vê o futuro da indústria, lá em 2040/2050?

Vejo espaço para todas as fontes, diversidade de *players* e de tecnologia. A tecnologia vai ter papel fundamental na gestão eficiente da demanda, na oferta de diferentes modais e um papel relevante para todas as fontes energéticas. A indústria terá um olhar cada vez mais responsável com relação ao gerenciamento das emissões de gases de efeito estufa e estará muito conectada com o consumidor final. Esses mundos entre oferta e a demanda vão se aproximar na direção de maior eficiência e prestação de contas no sentido de ter a rastreabilidade da cadeia disponível nos nossos iPhones, de modo que cada um de nós poderá fazer suas escolhas de consumo de maneira absolutamente informada.

Quais são os riscos da indústria nos próximos anos?

O maior deles é deixar de ser atraente. Falo atraente para talentos, capital, tecnologia e sociedade. Essa indústria precisa reafirmar a sua relevância, que é muito grande, sobretudo no estágio de desenvolvimento em que se encontra a sociedade brasileira. O maior risco é a gente importar uma rejeição para essa indústria antes do tempo. ■